

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA O CNJ- 2025



#PraTodosVerem: A imagem apresenta um banner verde com um programa de acessibilidade promovido pelo TRE-MG (Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais). No topo, há um logotipo branco que inclui um ícone de uma pessoa em uma cadeira de rodas, acompanhado do texto “Programa de Acessibilidade TRE-MG” e do logotipo do TRE-MG à direita. Na parte inferior do banner, há uma ilustração de nove pessoas representando diferentes tipos de deficiência ou necessidades especiais, dispostas lado a lado: Uma mulher com uma muleta, um homem com camisa vermelha e calça azul usando muletas, um homem mais velho com um andador, um homem empurrando uma cadeira de rodas com uma pessoa sentada, um homem com óculos escuros e uma muleta, uma mulher com um cão-guia ao lado, um homem com uma prótese na perna e uma mulher sem nenhum auxílio visível, representando inclusão geral.

Em atendimento à Resolução CNJ 401, de 16 de junho de 2021, a Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES), criada por meio da Resolução TRE-MG 1.258/2023, em consonância com as diretrizes adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça, elaborou o presente Relatório Anual de Acessibilidade 2024, aprovado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI/TRE-MG).

Este Relatório Anual 2026 está disponibilizado na [Página do Programa de Acessibilidade do TRE-MG](#), nos termos do artigo 23, inciso VII, da Resolução CNJ 401/2021, contendo as descrições e evidências (Anexos I, II) das ações desenvolvidas para a promoção da acessibilidade e inclusão do TRE-MG, no período de janeiro a dezembro de 2025.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. GESTÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.....	4
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026: RESULTADOS EM 2025	6
2.2 - POLÍTICA DE DIVERSIDADE, EQUIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	7
3. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	8
3.1 CAPACITAÇÕES.....	10
3.2 AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.....	13
3.3 CONTRATOS.....	8
4. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	9
5. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA.....	10
6. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA.....	13
7. CONCLUSÃO	14

1. INTRODUÇÃO

Desde 2012, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais vem atuando no aperfeiçoamento constante da gestão da acessibilidade e inclusão, ano em que foi instituído o Programa de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral por meio da Resolução TSE nº23.381/2012.

O Programa de Acessibilidade do TRE-MG visa possibilitar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a participação ampla e irrestrita no processo eleitoral brasileiro, removendo gradativamente barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes que possam impedir-lhes esse livre trânsito tanto na Secretaria do Tribunal como nos cartórios eleitorais, nos locais de votação e nas seções eleitorais.

Em 2012, foi criada a Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MG (CPAI) para propor, orientar e acompanhar, no âmbito estratégico, as ações que atendam aos objetivos estabelecidos no Programa de Acessibilidade deste Tribunal. A Comissão de Acessibilidade¹ é presidida pelo Juiz-Auxiliar da Presidência e integrada por servidoras e servidores de unidades diversas do Tribunal, inclusive, por servidores com deficiência.

Destacamos que a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão deste Tribunal (CPAI) está alinhada às diretrizes do CNJ estabelecidas na Resolução nº 401/2021. A partir de 2023, a Comissão de Acessibilidade passou a ter caráter estratégico na gestão do

Programa de Acessibilidade, cabendo à Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES) a operacionalização e a execução das ações do Programa.

A Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES) está vinculada à Coordenadoria de Responsabilidade Social (CRS), subordinada à Presidência do TRE-MG, e foi criada em consonância com as diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça (Res. CNJ 401/2021). A regulamentação de seu funcionamento obedece ao disposto na referida norma.

No mesmo ano, também foram realizadas ações voltadas para o público interno do Tribunal, como a aquisição de recursos assistivos para os servidores e ações de capacitação sobre o tema.

Em 2025, o TRE de Minas criou a sua Política de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade – DEIA, que abrange as ações de acessibilidade e inclusão. A política é norteadada pela legislação vigente, com foco na Resolução CNJ 401/2021 e na Resolução TSE 23.381/2012.

¹ 1 Portaria PRE n.º 4, de 09 de janeiro de 2024

2. GESTÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A implementação gradativa das medidas de acessibilidade e inclusão no TRE-MG teve início, oficialmente, em 2012, com a criação do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral. Desde então, o Tribunal vem a cada dia melhorando seus indicadores internos e externos ligados ao tema.

Em 2021, com a Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e Apoio às Zonas Eleitorais (NACEL) o Tribunal passou a ter um setor para tratar do tema, em atendimento à Res. CNJ 401/2021.

Criada em 2023, a Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES), subordinada à Coordenadoria de Responsabilidade Social (CRS), passou a ser responsável por operacionalizar as ações do Programa de Acessibilidade e pela implementação das medidas de acessibilidade e inclusão. A criação da unidade especializada já apresenta resultados relevantes, especialmente nas ações relacionadas ao pleito eleitoral de 2024.

Em 2025, foram realizadas as seguintes metas do Plano Anual de Trabalho da SACES: a ampliação da representatividade na Comissão de Acessibilidade e Inclusão (CPAI); a apuração dos diagnósticos; o acompanhamento dos servidores com deficiência; o monitoramento da acessibilidade arquitetônica nos imóveis ocupados pelo Tribunal; oferecimento do suporte adequado para enfrentar barreiras atitudinais; e a eficácia na implementação das diretrizes de inclusão de um modo geral.

Em relação à gestão de pessoas, atualmente, o TRE-MG possui 2.261 servidores (efetivos e requisitados), lotados nas 304 Zonas Eleitorais do Estado (Capital e interior) e na Secretaria do Tribunal.

Desse total, 50 servidores estão identificados como pessoas com deficiência no Tribunal, sendo que 33 servidores com deficiência exercem cargo ou função comissionada.

Ainda sobre o quadro de pessoal, o Tribunal possui 19 estagiários e 3 colaboradores terceirizados com algum tipo de deficiência.

O quadro, abaixo, demonstra a evolução das variáveis e indicadores da gestão da acessibilidade e inclusão no TRE-MG, dos anos 2021 a 2025 (Anexo da Resolução CNJ n.º 401/2021).

QUESTIONARIO CNJ - PLS-JUD - COMPARATIVO		Ano de Referência				
TRE - Minas Gerais		2021	2022	2023	2024	2025
Resolução CNJ nº 401/2021 - Anual						
Sigla	Pergunta	Valor				
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO						
MagP(PcD)	MagpPCd - Quantidade de magistrados(as) com deficiência	NA	NA	NA	NA	NA
TPEft/T PI	TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência	35	35	39	43	50
TPSV	TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	0	0	1	1	2
TpFC	TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	14	16	26	26	33
TFAuxE	TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência	2	1	10	12	19
Tfauxt	TFAuxT (PcD) - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	0	12	12	5	3
TfauxC	TFAuxC (PcD) - Quantidade de conciliadores(as) com deficiência	NA	NA	NA	NA	NA
TFAuxJ L	TFAuxJL (PcD) - Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência	NA	NA	NA	NA	NA
TfauxS P	TFAuxSP - Total de trabalhadores(as) de Serventias Judiciais Privatizadas	NA	NA	NA	NA	NA
TfauxV	TFAuxV (PcD) - Quantidade de voluntários(as) com deficiência	NA	NA	NA	NA	NA

Informações para comprovação dos dados da tabela acima estão no: SEI [0018377-35.2025.6.13.8000](#) e foram fornecidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Secretaria de Gestão Administrativa.

O TRE tem como meta, ainda, a atualização do cadastro da Justiça Eleitoral com dados sobre os eleitores com deficiência. Em 2024,

123.433 eleitores estavam cadastrados em Minas Gerais com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Um número muito baixo em relação aos mais de 4 milhões de eleitores idosos e/ou com alguma deficiência de Minas Gerais, segundo dados do último Censo IBGE4, o que corresponde a quase 25% do eleitorado

Quadro com a evolução do eleitorado com deficiência no cadastro eleitoral (ELO) em Minas Gerais nos anos de 2012, 2016, 2020, 2024 e 2025:

ELEITORADO COM DEFICIÊNCIA				
2012	2016	2020	2024	2025
14.623	35.483	90.440	123.433	190.382

**Observa-se no quadro acima que o número de eleitores com deficiência no cadastro da Justiça Eleitoral, comparado com os números apurados pelo IBGE, apresenta importante subnotificação, apesar do aumento significativo nos números de 2024 para 2025.*

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026: RESULTADOS EM 2025

O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, PETRE, para o período 2021-2026, é um instrumento de gestão que estabelece o direcionamento institucional do TRE-MG, com seus objetivos, indicadores e metas, buscando a modernização da administração e o aperfeiçoamento profissional contínuo.

Dos onze objetivos estratégicos instituídos pelo PETRE, o Objetivo 01 – Assegurar direitos de cidadania está diretamente ligado à inclusão e à acessibilidade. Esse objetivo é monitorado por três indicadores relacionados: (i) índice de Instalações físicas com condições básicas de acessibilidade; (ii)

índice de locais de votação com condições mínimas de acessibilidade; e (iii) percentual de implementação de planos de ação/projetos resultantes das avaliações das eleições.

Desses indicadores, somente o primeiro - índice de Instalações físicas com condições básicas de acessibilidade - possui meta estabelecida para o ano de 2025, sendo os demais mensurados somente em anos eleitorais. A meta para 2025, estabelecida por meio da Portaria nº 75/2021, era alcançar 46% das instalações físicas dos imóveis ocupados pela Secretaria e pelos Cartórios Eleitorais com condições mínimas de acessibilidade². Contudo, esse percentual foi superado em 2025, chegando a 51,99%, como se verifica no gráfico a seguir:

² Nos termos da Portaria DG 75/2021, serão considerados como imóveis com condições básicas de acessibilidade aqueles que atenderem aos seguintes parâmetros: existência de rampa externa acessível ou plataforma elevatória até a entrada principal da edificação, dispondo de guarda-corpos

e corrimãos acessíveis (quando necessário); existência de rota acessível na edificação até áreas de atendimento, áreas de expediente, copa (quando existente) e ao(s) sanitário(s) acessível(is); existência de, no mínimo, um sanitário acessível; existência de bebedouro acessível.



Fonte: Planejamento Estratégico — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (acesso em 14/01/2026)

2.2 - POLÍTICA DE DIVERSIDADE, EQUIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O ano de 2025 marcou um avanço institucional significativo com a consolidação **da Política de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA), instituída pela Resolução TRE-MG nº 1.309/2025.**

Esta política tem como objetivo estabelecer práticas institucionais inclusivas e não discriminatórias, garantindo um ambiente de

trabalho saudável e colaborativo. O DEIA fundamenta-se em valores como empatia, respeito, representatividade, pertencimento e ética, visando assegurar que o exercício dos direitos políticos e as atividades laborais ocorram em condições de efetiva igualdade para todos os magistrados, servidores, colaboradores e eleitores.



3. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Essa dimensão pretende verificar se a instituição considera as necessidades dos públicos interno e externo com os diversos tipos de deficiência na prestação de serviços, adotando práticas para promover a acessibilidade e inclusão. Essas práticas contemplam desde a adequação dos ambientes de trabalho (acessibilidade físico-arquitetônica, mobiliário, tecnologias assistivas), educação corporativa (capacitações, campanhas de sensibilização) e a própria prestação do serviço público.

Sobre a questão de acessibilidade físico-arquitetônica, Justiça Eleitoral mineira utiliza 278 edificações no Estado, dos quais 153 deles atendem aos requisitos básicos de acessibilidade³ o que corresponde a 55,03% do total. Um aumento de cerca de 5% do quantitativo de imóveis acessíveis do Tribunal.

As adequações dos imóveis aos critérios normativos de acessibilidade é uma prioridade para o TRE-MG e o monitoramento dessas adequações é uma importante ação prevista no Plano de Trabalho da Coordenadoria de Responsabilidade Social.

A Seção de Acessibilidade vem acompanhando os trabalhos da Secretaria de Gestão de Serviços (SGS), responsável pelas obras de adequação dos imóveis.

A seguir, o quadro com a evolução das variáveis e indicadores da Acessibilidade em Serviços no TRE-MG dos anos 2021 a 2025 (Anexo da Resolução CNJ n.º 401/2021):

³ PORTARIA DG Nº 75/2021

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS- Evolução 2021-2025						
QS1	Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	9	7	11	8	12
QS2	Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	157	94	579	560	392
Qctemas	Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	7	2	4	6	4
Qctemasvagas	Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	2.180	2.242	1.413	5.306	8.075
QLibrasServ	Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base	0	0	0	4	4
QLibrasAux	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base	0	0	0	0	8
QGt	Quantidade total de gestores(as)	462	463	467	465	558
QGC	Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	53	44	160	169 (36,34 %)	23
Qservcapgp	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	10	1	0	5	2
Qservcapti	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital	5	1	0	0	0
Qservcap ea	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	7	2	0	7	1
Qacmudatitu	Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	20	8	2	7	22
Qacpi	Ações de promoção da inclusão	0	9	0	8	3
QCt	Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	2	0	11	14	10
QCLibras	Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	1	0	1	0	1
QCont.Libras	Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base	0,50	0,00	0,09	0,00	0,1

Informações para comprovação dos dados da tabela acima estão no: SEI [0018377-35.2025.6.13.8000](#) e foram repassadas pela Escola Judiciária Eleitoral e pela Seção de Acessibilidade e Inclusão e pela Secretaria de Comunicação Social.

3.1 CAPACITAÇÕES

Sobre promover acessibilidade e inclusão por meio da educação corporativa, o TRE-MG entende que a adoção de plano de capacitação contínua de servidores, magistrados e estagiários sobre acessibilidade, inclusão e responsabilidade social é fundamental na promoção da acessibilidade e inclusão.

Por isso, o Tribunal vem atuando a cada dia para a construção do seu plano de capacitação continuada e implementação das ações de capacitação por meio da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais (EJE).

O Plano Anual de Capacitações foi elaborado, em 2025, pela EJE do TRE de Minas e validado pela alta gestão, vem, ao longo dos anos, oferecendo capacitações ao seu público interno com ou sem deficiência, nas temáticas ligadas à responsabilidade social.

Em 2025, foram realizadas as seguintes capacitações sobre o tema⁴:

1 - “Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral”.

O curso tem como objetivo aplicar diretrizes e práticas de acessibilidade, visando à redução ou à eliminação de barreiras que afetem diretamente a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito interno da organização, bem como a participação política do eleitorado com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. A primeira turma foi realizada em maio de 2025.



#PraTodosVerem: A imagem apresenta o título “Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral” no canto superior esquerdo em fundo marrom. Abaixo do título, no canto inferior direito, há uma grade de nove quadrados coloridos, cada um contendo um ícone representando diferentes formas de acessibilidade e inclusão. Como Símbolo de acessibilidade universal (cadeira de rodas), Figuras humanas representando gênero e diversidade Ícones de comunicação alternativa (símbolo de fala e linguagem de sinais), Representação de pessoas com deficiência visual (círculo com uma pessoa no centro). No canto inferior esquerdo abaixo do título aparece um logotipo com as siglas PDG

⁴ [Plataforma EAD](#)

2 - “Cine Café Neurodivergência”

O Projeto Cine Café promove debates sobre cidadania a partir de filmes selecionados. Nesta edição, o foco é pessoa com deficiência, com ênfase em deficiências invisíveis. O Cine Café “Neurodivergência e a ética de cuidado” ocorreu presencialmente no dia 24/09, durante a Semana da Acessibilidade de 2025, houve debate sobre o filme “Meu filho,

nosso mundo” com a participação de duas palestrantes que relataram a experiência pessoal com o autismo e convivência com outras pessoas que possuem a condição. Foram oferecidas cerca de 2.685 vagas para todos os servidores, estagiários e magistrados, que puderam participar do Cine Café. Os servidores inscritos oficialmente no evento receberam Adicional de Qualificação (AQ).



#PraTodosVerem: Fotos do evento no auditório do Tribunal. Foto 1: Imagem das participantes do evento posicionadas no centro do palco, sentadas em cadeiras à frente de uma tela de projeção onde se vê o logotipo do Projeto Cine-Café. Em pé, no lado direito do palco, está o intérprete de LIBRAS. Foto 2: No púlpito, o diretor-executivo da EJE, Juiz. Luiz Carlos Rezende. Foto 3: plateia presente no auditório.

3 – “Live – Conhecer para acolher, neurodivergência e o ambiente de trabalho”

A live foi ministrada pela Dra. Laila Vilela, médica especialista em neurodivergência, que também compartilhou sua experiência pessoal como autista diagnosticada na vida adulta.

A Dra. Laila desmistificou a ideia de que o aumento de diagnósticos é uma tendência passageira. Na verdade, deve-se a critérios diagnósticos mais amplos e melhor identificação em mulheres e adultos, que antes eram invisibilizados. Os principais pontos abordados foram:

- Espectro Único: Cada pessoa neurodivergente possui características diferentes em áreas como comunicação, interação social e processamento sensorial.
- Barreiras Atitudinais: O preconceito e o capacitismo (acreditar que a pessoa é menos capaz devido à deficiência) são as maiores barreiras a serem rompidas.
- Ganho Mútuo: Adaptar o trabalho às características do servidor melhora o desempenho e evita o adoecimento, sendo benéfico para a instituição e para o indivíduo.

Foram oferecidas cerca de 2.685 vagas para todos os servidores, estagiários e magistrados, que puderam participar da Live. Os servidores inscritos oficialmente na Plataforma EAD do Tribunal receberam Adicional de Qualificação (AQ).

- A Live sobre "Neurodivergência e o ambiente de trabalho" com a médica Lailah Vilela, disponível [na Plataforma EAD do Tribunal](#).



#PraTodosVerem: Tela da transmissão da Palestra online no canal do TRE-MG no YouTube.

4 - “Curso de Tecnologias Assistivas”

O curso foi ministrado pela instrutora **Mary Natsue Ogawa**, inscrita no **Banco de instrutores do TRE-MG**. Teve início em 4 de novembro de 2024 (aula inaugural), com aulas nos dias 18, 20, 25 e 27 de fevereiro; e 10 e 14 de março de 2025, na modalidade **telepresencial**, pela plataforma Teams do Tribunal, com total de 20 vagas. Participaram do curso servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão, Informática e da Escola Judiciária Eleitoral.

A proposta foi a realização de um curso teórico e prático, que abordou conceitos, terminologia, categorias de tecnologias assistivas, ferramentas digitais, além de discutir a legislação brasileira e as ações governamentais relacionadas.

Ao final da capacitação, os alunos e as alunas compreenderam e puderam aplicar tecnologias assistivas no contexto laboral, com ênfase nas necessidades de servidores e magistrados com deficiência.

As tratativas sobre o curso de Tecnologias assistivas foram feitas no SEI 0014709-90.2024.6.13.8000.

Em relação à capacitação dos magistrados do TRE-MG, dos 311 Juízes Eleitorais de Minas Gerais, 23 deles concluíram

capacitações na temática acessibilidade e inclusão, com carga horária mínima de 20 horas. O que corresponde a cerca de 7,39%, segundo dados fornecidos ao TRE pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, órgão de origem dos magistrados.

As informações sobre a capacitação em acessibilidade dos magistrados da Justiça Eleitoral constam do Anexo I deste Relatório

3.2 AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Além das capacitações, para reforçar a importância do tema, o TRE promove continuamente ações de sensibilização com o objetivo romper barreiras atitudinais, como a Semana de Acessibilidade, que impactam diretamente na cultura organizacional.

Em 2025, foram realizadas as seguintes **ações de sensibilização e promoção** com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão:

1. Nota Intranet- Semana da Acessibilidade e Inclusão (17/09/2025)

A Semana de Acessibilidade 2025, que teve como tema central a neurodivergência, alcançou seu principal objetivo: conscientizar pessoas e coletivos sobre a importância de sensibilizar e capacitar sobre o assunto. A iniciativa buscou promover uma melhor compreensão da diversidade humana,

superando barreiras e preconceitos, e transformando a percepção sobre pessoas neurodivergentes. Com isso, pretende-se construir juntos um ambiente de trabalho mais acolhedor e inclusivo, fundamental para o bem-estar e a produtividade de todos.

Para alcançar esses propósitos, foram planejados eventos com conteúdo de alta qualidade, que foram um verdadeiro sucesso.



#PraTodosVerem: Banner azul com o título "Semana da Acessibilidade", de 22 a 26 de setembro de 2025. Ao lado, ícones coloridos representam acessibilidade.

No canto inferior direito as logomarcas do SICOOB (como apoio) e do Programa de acessibilidade (como realizador).

Vem aí mais uma **Semana de Acessibilidade**! Confira a programação abaixo.

Programação

23/09 - Terça-feira

Horário: 15h

Live em parceria com a EJE: "**Conhecer para Acolher: neurodivergência e o ambiente de trabalho**", com a médica Lailah Vilela, especialista em neurodivergência e pessoa autista.

Plataforma Zoom

Carga: 2 horas

Vale AQ/AT

Link de inscrição/acesso: ead.tre-mg.jus.br

24/09 - Quarta-feira

Horário: 13h

- Apresentação do Programa de Acessibilidade
- Cine-Café "**Neurodivergência e a ética do cuidado**" (filme "**Meu filho, nosso mundo**")

Palestrantes: Jaqueline Maia (trabalha com terapia em movimento para crianças e adolescentes com autismo) e Carla Rodrigues (advogada, professora, palestrante, ativista social, autista nível 2).

Mediação: Wendelaine Oliveira (integrante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MG).

Evento presencial, no auditório do TRE.

Inscrições: no CAT até 22/09.

#PraTodosVerem: acima, a imagem da notícia publicada na intranet do Tribunal sobre as ações da Semana de Acessibilidade 2025

2- Nota Intranet- "Live - Conhecer para acolher, neurodivergência e o ambiente de trabalho" (26/09/2025)

A *live* foi ministrada pela Dra. Laila Vilela, médica especialista em neurodivergência, que também compartilhou sua experiência pessoal como autista diagnosticada na vida adulta.

A Dra. Laila desmistificou a ideia de que o aumento de diagnósticos é uma tendência passageira. Na verdade, deve-se a critérios diagnósticos mais amplos e melhor identificação em mulheres e adultos, que antes eram invisibilizados. Os principais pontos abordados foram:

- **Espectro Único:** Cada pessoa neurodivergente possui características diferentes em áreas como comunicação, interação social e processamento sensorial.
- **Barreiras Atitudinais:** O preconceito e o capacitismo (acreditar que a pessoa é menos capaz devido à deficiência) são as maiores barreiras a serem rompidas.
- **Ganho Mútuo:** Adaptar o trabalho às características do servidor melhora o desempenho e evita o adoecimento, sendo benéfico para a instituição e para o indivíduo.

Foram oferecidas cerca de 2.685 vagas para todos os servidores, estagiários e magistrados, que puderam participar da Live. Os servidores inscritos oficialmente na Plataforma EAD do Tribunal receberam Adicional de Qualificação (AQ).

- A Live sobre "Neurodivergência e o ambiente de trabalho" com a médica Lailah Vilela, disponível na [Plataforma EAD do Tribunal](#).



#PraTodosVerem: Tela da transmissão da Palestra online no canal do TRE-MG no YouTube.

#PraTodosVerem: Tela de computador, no youtube com a apresentação da live, com 4 participantes femininas

5 - Nota Intranet- “Cine Café Neurodivergência” (26/09/2025)

O Projeto Cine Café promove debates sobre cidadania a partir de filmes selecionados.

Nesta edição, o foco é pessoa com deficiência, com ênfase em deficiências invisíveis,

O Cine Café “Neurodivergência e a ética do cuidado” ocorreu presencialmente no dia 24/09, durante a Semana da Acessibilidade de 2025, houve debate sobre o filme “Meu filho, nosso mundo” com a participação de

duas palestrantes que relataram a experiência pessoal com o autismo e convivência com outras pessoas que possuem a condição.

Foram oferecidas cerca de 2.685 vagas para todos os servidores, estagiários e magistrados, que puderam participar do Cine Café. Os servidores inscritos oficialmente no evento receberam Adicional de Qualificação (AQ).

- O evento **Cine Café: “Neurodivergência e a ética do cuidado”** também disponível na [Plataforma EAD](#).



#PraTodosVerem: Fotos do evento no auditório do Tribunal. Foto 1: No púlpito, o diretor-executivo da EJE, des. Luiz Carlos Rezende. foto 2: platéia presente no auditório.

#PraTodosVerem: Evento presencial do Cine Café no auditório do tribunal, com apresentação e plateia

6 - Post Instagram “Cine Café Neurodivergência e a ética do cuidado” (23/07/2025)



#PraTodosVerem: Post no Instagram sobre o Cine Café Neurodivergência e a ética do cuidado

<https://www.instagram.com/p/DO87wWRkWcS/?igsh=bHpmdGpzaXlwY2Vq>

7 - Nota Intranet- Visita guiada do Instituto São Rafael ao centro Memória Eleitoral.5 (26/09/2026)



#PraTodosVerem- Grupo de pessoas com homens e mulheres em frente ao Centro de Memória Eleitoral do TRE-MG

<https://www.tre-mg.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Setembro/>

Na tarde do dia 25 de setembro, o TRE-MG recebeu a visita de alunos e professores do Instituto São Rafael, que atende pessoas com deficiência visual em Belo Horizonte. A visita fez parte da programação da Semana da Acessibilidade, realizada de 22 a 26 de setembro.

A primeira atividade foi uma palestra sobre a história da Justiça Eleitoral e do voto no Brasil. Em seguida, alunos e professores fizeram um treinamento na urna eletrônica, votando em candidatos fictícios. Para alguns deles, foi o primeiro contato com a urna eletrônica, uma oportunidade para conhecer os recursos de acessibilidade do equipamento – como o teclado em braile e a voz ‘Letícia’, sintetizador que lê as informações que aparecem em cada tela ao longo da votação.



#PraTodosVerem- Grupo de pessoas dentro de um auditório do TRE-MG, sentadas em cadeiras de couro pretas enfileiradas, em frente elas há um homem de terno ao lado de uma apresentação de slide em uma tela de projeção.

Por fim, eles visitaram o Centro de Memória do TRE. Lá, eles puderam tocar diversos modelos de urnas – de madeira, de lona e eletrônicas. Alguns dos equipamentos normalmente ficam protegidos dentro de caixas de vidro, devido à necessidade de preservação. Pela primeira vez, essa proteção foi retirada, para que os visitantes

[alunos-e-professores-do-instituto-sao-rafael-visitam-o-tre-mg?SearchableText=rafael](https://www.tre-mg.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Setembro/alunos-e-professores-do-instituto-sao-rafael-visitam-o-tre-mg?SearchableText=rafael)

pudessem tocar os equipamentos e compreender melhor a evolução das urnas utilizadas em eleições.



#PraTodosVerem A imagem mostra um grupo de nove pessoa usando crachás e cordões na visita do Centro de Memória, o grupo está reunido em torno de uma mesa branca com objetos em cima, incluindo duas caixas de madeira, uma das quais está sendo aberta ou apresentada por um homem à direita, vestido com um blazer preto e camisa branca.

Ao longo de toda a visita, houve o cuidado de descrever ambientes, pessoas e objetos, para que os alunos e professores pudessem ter uma compreensão melhor do que estavam vivenciando e escutando.

8 - Post Instagram da Visita do São Rafael



#PraTodosVerem: Post no Instagram sobre a Visita do Instituto São Rafael ao TRE-MG

9 - Vídeo Instagram Visita do Instituto São Rafael ao TRE-MG



#PraTodosVerem: Vídeo no Instagram sobre a Visita do Instituto São Rafael ao TRE-MG

<https://www.instagram.com/reel/DPCobowkZsl/?igsh=Y2tmdG1kOWE0Z2M4>

10 - Post Instagram Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (24/07/2025)



#PraTodosVerem: Post no Instagram sobre o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

<https://www.instagram.com/p/DO32cVxEYqB/?igsh=bmhjNHR4bTlweW8y>

Foi criado um folder com dicas sobre acessibilidade e inclusão, distribuído para os atendentes dos Ônibus TRE Aqui e dos

cartórios eleitorais de todo estado, voltado ao atendimento inclusivo, padronizando o acolhimento às pessoas com deficiência



#PraTodosVerem A imagem apresenta um pôster verde com o título em branco: “A deficiência faz parte da diversidade humana.” No centro, há um retângulo azul contendo um texto explicativo em branco que aborda a importância de eliminar barreiras e atitudes capacitistas para garantir a participação igualitária de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, especialmente no contexto da Justiça Eleitoral, promovendo acessibilidade e inclusão. Na parte inferior do pôster, há uma ilustração de um grupo diversificado de pessoas, incluindo um idoso, uma pessoa em cadeira de rodas e outra com cão-guia, simbolizando diferentes condições e necessidades. No canto inferior direito do pôster, estão os logotipos do Ministério Público Eleitoral e da Justiça Eleitoral. A imagem transmite uma mensagem de conscientização e respeito à diversidade e inclusão de pessoas com deficiência

12 - Nota Intranet- Ação de cidadania em Uberaba (19/08/2025)

Em uma iniciativa que reforça o compromisso com a inclusão e a cidadania, os cartórios eleitorais de Uberaba, em parceria com o Centro Pop Uberaba e a Secretaria Municipal de Defesa Social, lançaram o projeto "Cidadania nas Ruas".

A ação visa regularizar a situação eleitoral da população em situação de rua da cidade, oferecendo um atendimento diferenciado, prioritário e profundamente humanizado. O projeto é um marco na promoção da efetiva inclusão desse público no sistema eleitoral.

Reconhecendo as particularidades e desafios enfrentados por essa parcela da população, o "Cidadania nas Ruas" busca romper barreiras e garantir o acesso aos direitos fundamentais. A iniciativa está alinhada às diretrizes da Resolução CNJ nº 425/2021, que institui a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, e do art. 3º da Resolução TRE/MG nº 1.183/2021, que impõe como um dos objetivos estratégicos do Tribunal assegurar os direitos de cidadania.

Acessibilidade e o impacto na vida das pessoas: O caso do sr. Eurípedes

Um dos momentos mais tocantes e inspiradores do projeto foi o atendimento ao sr. Eurípedes. Com baixa visão e há muito tempo afastado do processo eleitoral, ele teve a oportunidade de simular o voto em uma urna eletrônica, utilizando o fone de ouvido para auxiliar na navegação.

Sua reação demonstrou o poder da acessibilidade: "É fácil votar, a urna fala tudo",

afirmou Eurípedes, surpreso e feliz com a facilidade. Emocionado, ele completou: "Agora tenho todos os documentos", evidenciando o impacto transformador do atendimento. Esse episódio ressalta o sucesso do projeto em garantir não apenas a inclusão e acessibilidade, mas também a plena cidadania política.

O "Cidadania nas Ruas" é um exemplo claro de como a Justiça Eleitoral pode atuar ativamente para assegurar que nenhum cidadão seja deixado para trás, promovendo a dignidade e o exercício pleno dos direitos de todas e todos.

Projeto "Cidadania nas Ruas" promove inclusão e acessibilidade eleitoral para população em situação de rua em Uberaba

18/08/2025 - atualizado em 19/08/2025



Em uma iniciativa que reforça o compromisso com a inclusão e a cidadania, os cartórios eleitorais de Uberaba, em parceria com o Centro Pop Uberaba e a Secretaria Municipal de Defesa Social, lançaram o projeto "Cidadania nas Ruas".

A ação visa regularizar a situação eleitoral da população em situação de rua da cidade, oferecendo um atendimento diferenciado, prioritário e profundamente humanizado.

O projeto - que ocorrerá até o dia 29 de setembro, todas as terças-feiras, das 8h às 11h - é um marco na promoção da efetiva inclusão desse público no sistema eleitoral.

Reconhecendo as particularidades e desafios enfrentados por essa parcela da população, o "Cidadania nas Ruas" busca romper barreiras e garantir o acesso aos direitos fundamentais.

A iniciativa está alinhada às diretrizes da Resolução CNJ nº 425/2021, que institui a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, e do art. 3º da Resolução TRE/MG nº 1.183/2021, que impõe como um dos objetivos estratégicos do Tribunal assegurar os direitos de cidadania.

Acessibilidade e o impacto na vida das pessoas: O caso do sr. Eurípedes

Um dos momentos mais tocantes e inspiradores do projeto foi o atendimento ao sr. Eurípedes. Com baixa visão e há muito tempo afastado do processo eleitoral, ele teve a oportunidade de simular o voto em uma urna eletrônica, utilizando o fone de ouvido para auxiliar na navegação.

Sua reação demonstrou o poder da acessibilidade: "É fácil votar, a urna fala tudo", afirmou Eurípedes, surpreso e feliz com a facilidade. Emocionado, ele completou: "Agora tenho todos os documentos", evidenciando o impacto transformador do atendimento. Esse episódio ressalta o sucesso do projeto em garantir não apenas a inclusão e acessibilidade, mas também a plena cidadania política.

O "Cidadania nas Ruas" é um exemplo claro de como a Justiça Eleitoral pode atuar ativamente para assegurar que nenhum cidadão seja deixado para trás, promovendo a dignidade e o exercício pleno dos direitos de todas e todos.

#PraTodosVerem Publicação no Intranet sobre a "Ação de cidadania em Uberaba"

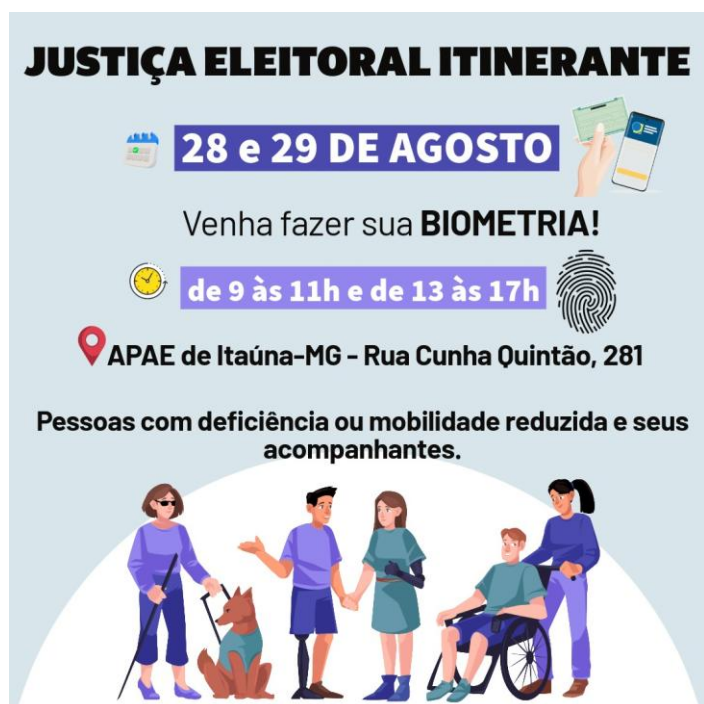
13 - Ação de cidadania em Itaúna

Atendimento itinerante realizado pela 140ª Zona Eleitoral, de Itaúna, no mês de agosto, no Instituto Santa Mônica - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - daquele município.
SEI: 0000065-76.2025.6.13.8140



#PraTodosVerem Imagens da Ação de Cidadania em Itaúna

14 - Post Justiça Eleitoral Itinerante na APAE de Itaúna



#PraTodosVerem Imagem com as informações da Justiça Eleitoral Itinerante na APAE de Itaúna

15 - Nota Intranet- Campanha Lacre do Bem doa mais uma cadeira de rodas (07/04/2025)

A irmã de Juarez de Oliveira Dias, da Seção de Pagamento de Pessoal (SEPAG)/SGP, deu uma nova demonstração de solidariedade! Dalca de Oliveira Dias, de Coronel Fabriciano, conseguiu reunir 140 garrafas pet de dois

litros – cerca de 105 quilos – cheias de lacres de alumínio, que foram entregues na Seção de Gestão Sustentável e Inovação (SGESU)/SGG.

A contribuição é a segunda maior entrega pessoal já feita à campanha Lacre do Bem e equivale, sozinha, a uma cadeira de rodas. Dalca já tinha contribuído com outras 140 garrafas pet em dezembro de 2022. Em julho do mesmo ano, ela reuniu 45 garrafas. Dalca divulga a iniciativa nas mídias sociais e recebe ligações de pessoas interessadas em doar e de catadores de latinha. Estes, antes de venderem as latas para reciclagem, entram em contato com ela para repassar os lacres.

Os lacres foram entregues na Associação Lacre do Bem e trocados por uma cadeira de rodas, que foi doada a Maria Edina dos Santos Leão, de Vespasiano no dia 27 de março. Ela recebeu alta de uma amputação recente e precisava urgentemente da cadeira, que foi recebida pelo filho dela. Essa foi a sétima cadeira de rodas entregue pelo Tribunal e a terceira pelos irmãos Oliveira Dias.



#PraTodosVerem: Na primeira foto, a partir da esquerda: Miguel Alvarenga (Seção de Gestão Sustentável e Inovação), Dalca Dias e seu irmão, Juarez Dias (Seção de Pagamento de Pessoal). Na segunda, Ivete (Associação Lacre do Bem), Juarez e Dalca - que segura um cartaz da campanha Lacre do Bem. Na terceira foto, o filho de Maria Edina Leão, que recebeu a cadeira de rodas. Sobre a cadeira, um retângulo com a logomarca da campanha Lacre do Bem

16 - Consulta pública recebe sugestões sobre política para pessoas com deficiência no Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Comitê de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, abriu consulta pública para receber sugestões ao texto da resolução que vai dispor sobre a Política Nacional da Pessoa com Deficiência em Âmbito Judicial. Os interessados têm até a próxima segunda-feira (21) para apresentar suas sugestões. O ato normativo será posteriormente apreciado pelo plenário do CNJ.

Após identificação, o participante terá acesso à minuta da redação e preencherá um documento on-line, no qual indicará se tem sugestão de mudança ou exclusão de dispositivo contido na resolução ou então se pretende propor a inclusão de novo dispositivo. Cada uma dessas duas questões é desdobrada em três itens.

No caso de o respondente sugerir mudança ou exclusão, deverá indicar o dispositivo a ser alterado ou excluído, apresentar a melhoria proposta, se houver, e expor a sua justificativa.

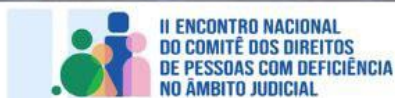
A segunda parte do formulário questiona se o participante possui sugestão de novo dispositivo para a resolução. Em caso afirmativo, é preciso informar o teor da sugestão, em qual ponto da resolução o novo dispositivo deve ser incluído e qual a justificativa. Para cada item a ser sugerido no formulário, os respondentes terão espaço máximo de resposta de 800

caracteres.

Organizada em dez capítulos, a nova resolução deve estabelecer práticas, iniciativas e condutas efetivas com o objetivo de promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência, bem como enfrentar o capacitismo em todas as esferas de atuação do Judiciário e, no que couber, nos cartórios extrajudiciais.

Essa política terá como público-alvo os integrantes da magistratura, servidoras e servidores e, no que couber, colaboradoras, colaboradores, estagiárias, estagiários, aprendizes, usuárias e usuários dos órgãos do Poder Judiciário. A intenção da política é cumprir o que prevê a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), promovendo sua aplicação em todas as ações, interpretações e regulamentações no âmbito do Judiciário.

17 - Nota Intranet- Servidoras representam o Tribunal em encontro nacional sobre direitos da pessoa com deficiência (27/08/2025)



#PraTodosVerem: Na foto superior, duas mulheres, representantes do TRE-MG, estão próximas uma da outra fisicamente e tirando foto juntas Na imagem inferior há um grupo de mulheres e homens tirando foto no Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de PESSOAS COM Deficiência no âmbito Judicial

Nos dias 25 e 26 de agosto, aconteceu, em Brasília, o II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça

(CNJ).

O evento marcou uma década da Lei Brasileira de Inclusão e teve como objetivo central a discussão e divulgação da Política Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e do Protocolo para Julgamento sob a Perspectiva da Pessoa com Deficiência, ambos em fase final de elaboração. As servidoras Adriana Steiner, da Assessoria Administrativa da Corregedoria (AACRE), e Juliana Costa, da Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES)/SGG, foram as representantes do Tribunal no encontro. Ambas são membros ativos da Comissão de Acessibilidade do Tribunal, reforçando o compromisso da instituição com a inclusão e a acessibilidade. O encontro reuniu um seleto grupo de especialistas, autoridades, profissionais do Direito e defensores dos direitos das pessoas com deficiência, sempre contando com a participação ativa e fundamental das próprias pessoas com deficiência.

Foi uma oportunidade crucial para o fortalecimento desses direitos, visando à efetivação das garantias previstas na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e na Lei Brasileira de Inclusão, impulsionando a acessibilidade e a inclusão em cumprimento ao mandamento constitucional.

Todo o conteúdo está gravado e disponível no YouTube. Os interessados podem acessar as transmissões completas do II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, inclusive com opções de audiodescrição

18 - Nota Intranet- Tribunal marca presença em Celebração dos 99 Anos do Instituto São Rafael (03/09/2025)



#PraTodosVerem: Registro da comemoração no Instituto São Rafael. Turma de estudantes adolescentes vestida com o uniforme azul e equipe de professores vestida com camiseta marrom.

O Tribunal esteve presente nas comemorações do 99º aniversário do Instituto São Rafael, tradicional escola de referência para pessoas com deficiência visual em Belo Horizonte e região metropolitana.

O evento, realizado na última terça-feira, 2 de setembro, no auditório do Instituto,

contou com a presença da servidora Luzia Ferreira, da Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES), representando o Tribunal.

A celebração reuniu representantes de diversas entidades ligadas às pessoas com deficiência, autoridades do Governo do Estado, do Exército Brasileiro e da imprensa. Os participantes tiveram a oportunidade de prestigiar apresentações do coral adulto e infanto-juvenil do Instituto, além de performances solo de professores e alunos, e de conhecer mais sobre a rica história da instituição.

Durante o evento, o Instituto São Rafael expressou seu agradecimento pela presença do TRE-MG reforçando a importância da cooperação entre as duas instituições. Trata-se de uma parceria estratégica, visto que o Instituto atua junto ao Tribunal em ações voltadas para eleitores com deficiência e mobilidade reduzida, além de ser um local de votação relevante para um grande número de eleitores com deficiência visual.

19 - Miniguias de atendimento

O Miniguia de Acolhimento para Inclusão de Servidores com Deficiência e o Miniguia de orientação para o Gestor de Unidade com Pessoas com Deficiência foram desenvolvidos com o objetivo de promover um ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo e acessível:

- **Miniguia para a inclusão da Pessoa com Deficiência**

Contém informações úteis e recursos para auxiliar os servidores com deficiência em sua integração e desenvolvimento no Tribunal.

A iniciativa reforça o compromisso do Tribunal com a diversidade, a inclusão e a construção de um ambiente de trabalho acolhedor para todos.



#PraTodosVerem A imagem apresenta um slide verde com o título “Miniguia para a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho” em texto branco. No centro, há uma ilustração de três pessoas: uma mulher usando óculos escuros e uma bengala, representando uma pessoa com deficiência visual; uma mulher sentada em

uma cadeira de rodas, simbolizando mobilidade reduzida; e um homem ao lado dela com a mão em seu ombro, sugerindo apoio ou orientação. No canto inferior direito do slide, aparece o logotipo do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O design busca promover a conscientização sobre inclusão e acessibilidade no ambiente laboral para pessoas com deficiência.

- **Miniguia para o Gestor de Unidade com Servidor com Deficiência**

Oferece orientações e boas práticas para gestores no processo de acolhimento e acompanhamento de servidores com deficiência



PraTodosVerem A imagem apresenta um slide azul com o título “Miniguia para o GESTOR de Unidade com servidor com deficiência” em texto branco no topo. Abaixo do título, há uma ilustração de três pessoas: uma mulher usando óculos escuros e uma bengala, representando uma pessoa com deficiência visual; uma mulher sentada em uma cadeira de rodas, simbolizando mobilidade reduzida; e um homem ao lado, com a mão no ombro da mulher na cadeira de rodas, indicando apoio. No canto inferior direito do slide, aparece o logotipo do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O design sugere um material de orientação para gestores sobre inclusão e acessibilidade para servidores com deficiência.

20 - Nota Intranet- Tribunal lança miniguias de acolhimento para inclusão de servidores com deficiência (15/09/2025)



Intranet
Missão: Garantir à sociedade que o processo eleitoral seja legítimo, confiável e imparcial.

Buscar no Site

[Institucional](#) [Gestão](#) [Serviços](#) [Pessoas](#) [Jurídico](#) [Eleições](#) [Partidos](#) [Zona Eleitoral](#) [Comunicação](#) [Links](#)

[Página Inicial](#) [Comunicação](#) [Notícias](#) [Tribunal lança miniguias de acolhimento para inclusão de servidores com deficiência](#)

Comunicação
Atendimento à imprensa
Bazar
Campanhas
Clipping
Jornal Mural
Linguagem Simples
Notícias
Tribunal lança miniguias de acolhimento para inclusão de servidores com deficiência
Padrões visuais
TRE Solidário

Tribunal lança miniguias de acolhimento para inclusão de servidores com deficiência
15/09/2025
Estão disponíveis no SIAD os materiais relativos aos Protocolos de Acolhimento para inclusão de servidoras e servidores com deficiência no Tribunal.
Esses materiais consistem em Miniguias de Acolhimento para Inclusão de Servidores com Deficiência no TRE-MG e foram desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG nº 38/2025. O objetivo é promover um ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo e acessível.
Foram produzidos dois miniguias, destinados especificamente a diferentes públicos:
Miniguia para Gestores: Oferece orientações e boas práticas para gestores no processo de acolhimento e acompanhamento de servidores com deficiência.
Miniguia para Servidor com Deficiência: Contém informações úteis e recursos para auxiliar os servidores com deficiência em sua integração e desenvolvimento no Tribunal.
A iniciativa reforça o compromisso do Tribunal com a diversidade, a inclusão e a construção de um ambiente de trabalho acolhedor para todos.

Mais Notícias
EJE publica orientações para o Eleitor do Futuro 2026 e convida zonas eleitorais a participarem
25/02/2026
Entrega do Selo de Eficiência na Gestão Processual está marcada para o dia 20 de março
25/02/2026
Conheça o Planejamento de Comunicação para o exercício de 2026
25/02/2026
Participe da "Roda de Conversa" sobre violência doméstica contra a mulher
25/02/2026
Presidente vai receber currículos de servidoras e servidores
24/02/2026
CNJ promove webinar sobre memória da escravidão e da liberdade
19/02/2026

#PraTodosVerem: Publicação no Intranet sobre miniguias de acolhimento

21 - Nota da Intranet- Participe da consulta pública sobre Política de Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral (12/11/2025)



Intranet
Missão: Garantir à sociedade que o processo eleitoral seja legítimo, confiável e imparcial.

Buscar no Site

[Institucional](#) [Gestão](#) [Serviços](#) [Pessoas](#) [Jurídico](#) [Eleições](#) [Partidos](#) [Zona Eleitoral](#) [Comunicação](#) [Links](#)

[Página Inicial](#) [Comunicação](#) [Notícias](#) [Participe da consulta pública sobre Política de Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral](#)

Comunicação
Atendimento à imprensa
Bazar
Campanhas
Clipping
Jornal Mural
Linguagem Simples
Notícias
Participe da consulta pública sobre Política de Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral
Padrões visuais
TRE Solidário

Participe da consulta pública sobre Política de Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral
12/11/2025
O Tribunal Superior Eleitoral lançou, nesta quarta-feira (12), o chamamento para a Consulta Pública que irá receber contribuições da sociedade para a minuta de resolução que cria a Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida no Processo Eleitoral e nas Atividades da Justiça Eleitoral.
As contribuições deverão ser encaminhadas de 14 a 18 de novembro, por meio de formulário eletrônico no Portal do TSE. A minuta da política estará disponível para análise no mesmo endereço durante todo o prazo da consulta pública.
As colaborações poderão ser enviadas por pessoas físicas ou jurídicas, incluindo órgãos públicos, com a identificação completa do participante. As sugestões serão avaliadas pela equipe que participou da elaboração da Política de Acessibilidade da Justiça Eleitoral.
Após o encerramento do prazo, o TSE publicará relatório com a sistematização das contribuições.

Mais Notícias
EJE publica orientações para o Eleitor do Futuro 2026 e convida zonas eleitorais a participarem
25/02/2026
Entrega do Selo de Eficiência na Gestão Processual está marcada para o dia 20 de março
25/02/2026
Conheça o Planejamento de Comunicação para o exercício de 2026
25/02/2026
Participe da "Roda de Conversa" sobre violência doméstica contra a mulher
25/02/2026
Presidente vai receber currículos de servidoras e servidores
24/02/2026
CNJ promove webinar sobre memória da escravidão e da liberdade
19/02/2026
Nota de falecimento - Sr. Noé de Figueiredo
13/02/2026
Orientação sobre os processos de concessão e prorrogação de teletrabalho
13/02/2026
Tribunal entrega certificados do Curso de Segurança e Proteção de Autoridades - Módulo I

#PraTodosVerem: Publicação no Intranet sobre Consulta Pública

22 - Post no Instagram da Consulta Pública



35 3

tre_minas O Conselho Nacional de Justiça, por meio do Comitê de Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial, abriu a consulta pública para receber as sugestões sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. Os interessados podem encaminhar propostas, por meio de formulário eletrônico, até o dia 21 de julho. Saiba mais e dê a sua contribuição no link na bio. #Acessibilidade

#PraTodosVerem: este post contém descrição acessível.

menos

#PraTodosVerem: Post no Instagram sobre a Consulta Pública

<https://www.instagram.com/reel/DPCobowkZsl/?igsh=Y2tmdG1kOWE0Z2M4>

23 - Publicação no site TRE-MG- Participe da consulta pública sobre Política de Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral



#PraTodosVerem: Imagem de um homem em uma cadeira de rodas

Pessoas com deficiência, representantes da sociedade civil, especialistas e demais interessados já podem contribuir com a minuta de resolução que cria a Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida no Processo Eleitoral e nas Atividades da Justiça Eleitoral. Contribuições da sociedade podem ser enviadas de 14 a 18 de novembro por meio do formulário eletrônico disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 5 de novembro, o TSE publicou, no Diário Oficial da União (DOU), o Aviso de Chamamento Público nº 13/2025, pelo qual abre prazo para receber sugestões da sociedade sobre a minuta. A minuta da política também estará acessível para consulta durante todo o período de recebimento das manifestações.

A iniciativa tem o objetivo de incentivar a participação social e aprimorar o texto da política institucional, bem como garantir maior legitimidade, transparência e efetividade à norma. A proposta consolida e organiza ações e diretrizes voltadas a pessoas com deficiência ou mobilidade

reduzida em todas as esferas da Justiça Eleitoral, reafirmando o compromisso do TSE com uma atuação inclusiva e acessível.

Quem pode participar?

Podem contribuir as cidadãs, os cidadãos e as entidades interessadas, especialmente:

pessoas com deficiência, seus representantes e associações;

pessoas neurodivergentes e familiares;

organizações da sociedade civil;

servidores e magistrados da Justiça Eleitoral;

profissionais das áreas de acessibilidade, inclusão, arquitetura, tecnologia, saúde, educação e comunicação;

cidadãos interessados no tema.

As manifestações podem ser enviadas por pessoas físicas ou jurídicas, incluindo órgãos públicos, desde que acompanhadas da identificação completa do participante. Todas as sugestões serão avaliadas pela equipe responsável pela elaboração da Política de Acessibilidade da Justiça Eleitoral.

Após o encerramento do prazo, o TSE divulgará um relatório com a sistematização das contribuições recebidas, a versão final da minuta ajustada e um relatório de transparência contendo as justificativas para o acolhimento ou não das propostas.

Fundamentação legal

A consulta pública está amparada pelo artigo 37 da Constituição Federal, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), pela Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) e pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942).

O edital prevê ainda que a minuta da resolução será disponibilizada em formato acessível para pessoas com deficiência visual. Dúvidas e pedidos de esclarecimento podem ser encaminhados ao e-mail socioambiental@tse.jus.br.

[Acesso ao site: Participe da consulta pública sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais](#)

3.3 CONTRATOS

Atualmente, o Tribunal possui 10 contratos que envolvem o público externo, sendo 8 de Portaria, 1 de recepção e 1 de vigilante. Somente o contrato de recepção, que envolve atendimento ao público externo, é provido por pessoas aptas na comunicação em Libras. Segue, abaixo, os números dos contratos:

1. Contrato 027/25 - portaria de Teófilo Otoni - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3337/documentos/9284/download>;
2. Contrato 030/25 - portaria de Gov. Valadares - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3342/documentos/9321/download>
3. Contrato 031/25 - portaria Ipatinga e Ribeirão das Neves - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3345/documentos/9351/download>
4. Contrato 032/25 - portaria de Juiz de Fora - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3346/documentos/9350/download>
5. Contrato 033/25 - portaria de Montes Claros - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3349/documentos/9450/download>
6. Contrato 043/25 - portaria Barbacena e outras - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3377/documentos/9666/download>
7. Contrato 049/25 - portaria de Betim - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3410/documentos/9754/download>
8. Contrato 093/22 - portarias de BH e outras - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/2563/documentos/3785/download>
9. Contrato 057/25 - recepcionista - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3458/documentos/10161/download>
10. Contrato 030/24 - Vigilantes - link: <https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3006/documentos/7306/download>

4. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

O Tribunal tem firmado o compromisso de adotar recursos de comunicação acessível, como o uso da linguagem simples e de intérpretes de Libras para eventos, capacitações, *lives* etc.

Além disso, a Secretaria de Comunicação Social do TRE-MG vem adotando recursos de acessibilidade e inclusão nas redes sociais do Tribunal e todas as imagens e fotos utilizadas em matérias da intranet contam com a descrição das imagens, sendo usada a #PraTodosVerem. Os vídeos e capacitações também contam com recursos de legendagem e/ou descrição das imagens.

Desde 2020⁶, a Associação de Surdos de Minas Gerais foi contratada pelo Tribunal para oferecer os serviços de tradução e interpretação de Libras para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas sessões do Tribunal, eventos, capacitações e demais produções do TRE-MG.

Em 2025, outros recursos assistivos que foram contratados pelo TRE-MG sendo o serviço de audiodescrição, na modalidade pós-gravada, para vídeos e eventos e a contratação de Central de Libras para o TRE-MG. Além disso o contrato com a Associação de Surdos de Minas Gerais foi renovado conforme detalhado no SEI 0006529-51.2025.6.13.8000.

Abaixo, o quadro com a evolução das variáveis e indicadores da Acessibilidade Comunicacional no TRE-MG dos anos 2021 a 2025 (Anexo da Resolução CNJ n.º 401/2021):

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL- Evolução 2021-2025						
Vaccess	Vaccess - Quantidade de Vídeos Produzidos com recurso de acessibilidade	38	132	4	66	46
Maccess	Maccess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	229	269	255	305	192
Ouv	A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
QEAc	QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional	34	33	3	41	30
Qet	Qet - Quantidade de eventos total	35	55	4	45	73

Informações para comprovação dos dados da tabela acima estão no: SEI 0018377-35.2025.6.13.8000

As matérias jornalísticas podem ser acessadas na Página de Comunicação do site do TRE-MG:

<https://www.tre-mg.jus.br/comunicacao>

As informações sobre os eventos com acessibilidade comunicacional constam do Anexo II deste Relatório

⁶ Contrato de Intérpretes de Libras 091/2025
– link: [https://contratos.tre-](https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3629/documentos/11008/download)

[mg.jus.br/api/contrato/3629/documentos/11008/download](https://contratos.tre-mg.jus.br/api/contrato/3629/documentos/11008/download)

5. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

A acessibilidade digital é um dos pilares almejado pelo TRE-MG, que oferece aos seus servidores com deficiência visual tecnologias assistivas que permitem o uso de computadores, como os leitores de tela JAWS e Virtual Vision.

Ao público externo, o TRE-MG oferece tecnologias assistivas nas urnas eletrônicas, como tradução em Libras, o recurso de áudio “Voz Letícia”, Braile nas teclas, Rybená, entre outros.

Abaixo, o quadro que demonstra a evolução das variáveis e indicadores da Acessibilidade Tecnológica no TRE-MG dos anos 2021 a 2025 (Anexo da Resolução CNJ n.º 401/2021):

4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA- Evolução 2021-2025						
4.1	O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Não	Não	Não	Sim	sim
4.2	O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?					
	Programa leitor de tela	Sim	Sim	Sim	Sim	sim
	Aplicativos associados a programas	Não	Sim	Sim	Sim	sim
	Ferramenta de Contraste	Sim	Sim	Sim	Sim	sim
	Programa de ampliação de tela	Sim	Sim	Sim	Sim	sim
	Outros Programas	Não	Não	Não	Não	não
	Não fornece programa	Não	Não	Não	Não	não
4.3	O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Não	Sim	Sim	Sim	sim

Informações para comprovação dos dados da tabela acima estão no: SEI [0018377-35.2025.6.13.8000](https://seisistema.trfmg.jus.br/sei/0018377-35.2025.6.13.8000)

Recursos de Acessibilidade Digital

1 - Leitores de Tela

O TRE de Minas possui 3 (três) licenças de leitores de tela para atender aos servidores com deficiência visual, sendo: 2 (duas) licenças do JAWS (SEI e de 1 (uma) licença do Virtual Vision, ambos softwares proprietários, depende de aquisição para sua instalação, que foram adquiridos para atendimento de 3 (três) servidores.

Excluindo os softwares proprietários, o Tribunal instalou duas opções gratuitas de softwares de leitor de tela: um aplicativo do Windows 10/11, que por ser nativo (vem junto do sistema

operacional Windows 10/11), todas as estações do TRE-MG já o tem; o outro é o NVDA, que faz parte dos softwares que compõem o repositório de softwares grátis do TRE-MG (Enxoval-Free_64). Estes 2 softwares são disponibilizados mediante solicitação dos usuários - normalmente.

2 - Microsoft Teams

O TRE-MG homologou a plataforma Microsoft 365 como ferramenta oficial para a realização dos trabalhos colaborativos em ambiente de nuvem, sendo o Microsoft Teams a ferramenta padrão para gestão de equipes e documentos

tidos como públicos. As videoconferências são realizadas via Teams e possuem recursos de acessibilidade.

O Teams oferece diversos recursos de acessibilidade para garantir que todos os usuários, independentemente de suas necessidades, possam usar a plataforma de forma eficaz. Aqui estão alguns dos principais recursos de acessibilidade disponíveis no Teams:

Leitor de tela

- O Teams é compatível com leitores de tela, como o Narrador da Microsoft e o JAWS, que leem o conteúdo da tela em voz alta para usuários com deficiência visual.

Teclado

- O Teams pode ser usado apenas com o teclado, sem a necessidade de um mouse, para usuários com mobilidade reduzida ou outras dificuldades motoras.

Alto contraste

- O Teams oferece um modo de alto contraste que facilita a visualização do conteúdo para usuários com baixa visão ou sensibilidade à luz.

Legendas

- O Teams permite adicionar legendas em tempo real para reuniões e chamadas, tornando o conteúdo acessível para usuários com deficiência auditiva ou que preferem consumir informações em texto.

Transcrição

- Além das legendas, o Teams também oferece a opção de gerar transcrições de reuniões, que podem ser lidas ou pesquisadas posteriormente.

Notificações

- O Teams permite personalizar as notificações para que sejam exibidas de forma clara e legível, com opções de cores e tamanhos de fonte ajustáveis.

Atalhos de teclado

- O Teams possui diversos atalhos de teclado que facilitam a navegação e o uso da plataforma para usuários com dificuldades motoras ou que preferem usar o teclado em vez do mouse.

Verificador de acessibilidade

- O Teams inclui um verificador de acessibilidade que ajuda a identificar e corrigir problemas de acessibilidade em

documentos e apresentações compartilhadas na plataforma.

Outros recursos

- Além dos recursos mencionados acima, o Teams também oferece suporte para outras tecnologias assistivas, como lupas de tela e softwares de reconhecimento de voz.

3 - SEI – Formulários Nato-Digitais

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) permite a anexação de documentos “nato-digitais”, legíveis por softwares de leitores de tela, um importante recurso de inclusão digital, utilizado pelos usuários do SEI no TRE-MG.

4 - Recursos de Acessibilidade da intranet e do site do TRE-MG

4.1 Acessibilidade nas eleições

O TSE e o TRE-MG desenvolvem ações no sentido de facilitar e ampliar o acesso a seus portais de internet às pessoas com deficiência e àqueles com restrições motoras transitórias.

Ao codificar suas páginas web em conformidade com as recomendações do órgão que estabelece as diretrizes internacionais para a acessibilidade na Web -

Web Content Accessibility Guidelines (WCAG), atende ao que estabelece o art. 8º, §3º, inciso VIII da Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527/2011](#)), a [Resolução-TSE nº 23.381/2012](#), o [Decreto nº 5.296/2004](#) e o [Decreto nº 6.949/2009](#). Outra lei que tem de ser observada é a 13.146/2015, em especial, para *sites*, seus arts. 63 a 73.

Além das ferramentas de acessibilidade disponibilizadas no código das páginas — como o texto alternativo para as imagens utilizadas, a descrição dos conteúdos de formulário, as teclas de atalho e de salto de conteúdo —, o usuário que tiver alguma dificuldade para acessar o conteúdo do *site* pode utilizar a ferramenta de *zoom* do navegador e, também, as opções de contraste de tela.

Há uma validação constante das páginas do portal do TSE feita por meio de serviços on-line especializados, bem como o auxílio de alguns servidores deficientes da Justiça Eleitoral a fim

de garantir um acesso universal e democrático. O TRE-MG disponibiliza, em suas plataformas e nas redes sociais, conteúdos audiovisuais com recursos de Libras, legendas e audiodescrição.

A estrutura do site do TRE-MG, assim como de todos os outros regionais é de responsabilidade do TSE e para avaliar o nível de acessibilidade do Portal são utilizados dois softwares:

- <https://asesweb.governoeletronico.gov.br/> ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios
- <https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/> AccessMonitor

O validador de práticas de acessibilidade Web (WCAG 2.1)

Link : [Acessibilidades — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais \(tre-mg.jus.br\)](https://www.tre-mg.jus.br/acesse/acesse.html) .

4.2 - Rybená

Ferramenta que permite aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais, idosos, disléxicos e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade de entendimento dos conteúdos web. É uma tecnologia assistiva para traduzir textos do português para libras e voz.

Essa ferramenta foi desenvolvida de acordo com os padrões de acessibilidade adotados na administração pública, presentes no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG).

Como funciona

No canto inferior direito da tela do computador está localizado o ícone de acessibilidade, representado por uma pessoa de braços abertos dentro de um círculo azul. Ao clicar o ícone, abrem-se mais quatro ícones: acessibilidade, contraste, libras e voz. O ícone acessibilidade, representado por uma pessoa de braços abertos, direciona para informações sobre ferramentas de acessibilidade do portal para as pessoas com

necessidades especiais e aquelas com restrições motoras transitórias.

O ícone contraste, representado por um sol, permite a visualização das páginas do portal com contraste de cores, ficando o fundo do texto escuro e as letras em cores claras. O ícone Libras, representado por palmas de mãos, direciona para a ferramenta Rybená (personagem virtual), permitindo ao usuário selecionar o texto que deseja ler e ter a tradução por Libras.

O ícone voz, representado por um contorno de rosto lateral, também direciona para a ferramenta Rybená (personagem virtual), permitindo ao usuário selecionar o texto que deseja e obter a leitura mediante voz sintética.

4.3 - Atalhos

Confira os comandos utilizados como atalhos para acessar seções específicas no site do Tribunal:

Usando o Google Chrome

- **Alt+1** direciona para o conteúdo principal do portal
- **Alt+2** direciona para o menu principal do portal.
- **Alt+3** direciona para o campo de busca.
- **Alt+4** direciona para o mapa do site.
- **Alt+5** redireciona para a página de busca avançada.
- **Alt+6** redireciona para a página inicial.
- **Alt+7** redireciona para a página de acessibilidade.

Usando o Firefox

Ao utilizar o navegador Firefox, substitua **Alt+número** pelo comando **Alt+Shift+número**. Sendo Firefox no Mac OS, em vez de **Alt+Shift+número**, tecle **Ctrl+Alt+número**.

Usando o Internet Explorer

Para quem utiliza o Internet Explorer, usa o **Alt+número+Enter**.

Usando o Ópera

Tecla-se **Shift+Esc+número**. Ao teclar apenas **Shift+Esc** será exibida uma janela com todas as alternativas de *Acesskey* da página.

Zoom

Para facilitar a visualização, você pode usar o *zoom* do navegador (Internet Explorer, Mozilla Firefox, etc.).

Confira os comandos que acionam as funções do *zoom*:

- Para aumentar a definição, basta pressionar a tecla **CTRL** e a tecla **+** simultaneamente.
- Para diminuir, pressione a tecla **CTRL** e a tecla **-** ao mesmo tempo.
- Para voltar ao tamanho normal, pressione a tecla **CTRL** e a tecla **0** (zero).

6. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA

O acompanhamento da implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios utilizados pelo TRE-MG é uma das atribuições previstas no Programa de Acessibilidade do TRE-MG, que foram aperfeiçoadas em 2025.

A Secretaria de Gestão de Serviços é a área responsável pelas adequações dos imóveis do Tribunal aos critérios de acessibilidade e o acompanhamento é feito por meio do

monitoramento do indicador 1.1 do Planejamento Estratégico do TRE-MG, que potencializa os mecanismos de controle e ampliação da acessibilidade.

Abaixo, o quadro com a evolução das variáveis e indicadores da Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica no TRE-MG dos anos 2021 a 2025 (Anexo da Resolução CNJ n.º 401/2021):

5. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA- Evolução 2021-2025					
Quantidade de imóveis ocupados pelo TRE-MG	276	277	282	277	278
Quantidade de imóveis ocupados pelo TRE-MG com acessibilidade	67	85	101 (36%)	140 (50,54%)	153 (55,03%)

Informações para comprovação dos dados da tabela acima estão no: SEI [0018377-35.2025.6.13.8000](#)

Página do PETRE no site do TRE-MG:
[Planejamento Estratégico — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais \(tre-mg.jus.br\)](#)

Link com Informações sobre os Objetivos e Indicadores Estratégicos: [GLOSSÁRIO PETRE 2021-2026 - TRE-MG-glossário-PETRE 2021-2026.pdf](#)

7. CONCLUSÃO

A análise do desempenho institucional em 2025 revela que a acessibilidade deixou de ser uma ação pontual para se tornar um pilar estruturante da gestão. O sucesso na atualização do Cadastro Eleitoral, com o aumento do registro de eleitores com deficiência, reflete a eficácia das campanhas de conscientização e a melhoria dos canais de comunicação interna e externa.

Para o próximo ciclo, o foco transitará do diagnóstico para a execução operacional e priorizará as ações voltadas para a melhoria das condições de acessibilidade para as Eleições 2026.

Em suma, os resultados de 2025 atestam a eficiência técnica da Justiça Eleitoral mineira. O planejamento para 2026 já se encontra em execução, com cronogramas definidos e responsabilidades distribuídas, visando assegurar que as Eleições 2026 sejam as mais inclusivas e acessíveis da história do Estado, propiciando a democracia plena para todos os cidadãos, sem distinção.

Podemos concluir que a existência de legislação brasileira sobre os direitos das pessoas com deficiência não é suficiente para garantir a efetiva participação no processo eleitoral. A plena concretização da norma exige medidas administrativas progressivas, a serem aperfeiçoadas a cada ciclo eleitoral.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (CPAI) EM 2025

Presidente: Dr. Ronaldo Souza Borges- Juiz
Presidente da Comissão Permanente de
Acessibilidade e Inclusão

Integrantes:

Adriana Steiner de Melo – Assessoria
Administrativa da Corregedoria

Bethânia Meneses de Andrade – Secretaria de
Comunicação Social

Claudia Alves Lopes – 27ª Zona Eleitoral de Belo
Horizonte

Juliana Gomes da Costa - Seção de Acessibilidade
e Inclusão

Luciana Mara de Oliveira Vale - Seção de Gestão
Sustentável e Inovação

Luiza Fernanda Aguiar Braga Souza - Seção de
Manutenção Predial

Nilma Rodrigues Alves - Seção de
Desenvolvimento de Sistemas

Rogério Bernardes de Faria Tavares – Assessoria
de Apoio à Governança e à Gestão de Processos e
Riscos

Tânia Sueli de Almeida Macedo - Seção de
Acessibilidade e Inclusão

Wendelaine Cristina Correia de Andrade de
Oliveira- 140ª Zona Eleitoral de Itaúna

Contato: acessibilidade@tre-mg.jus.br

Coordenadoria de Responsabilidade Social (CRS)

Titular: Antonio de Faria Neto

Contato: crs@tre-mg.jus.br / (31)3307-1697

Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES)

Titular: Renata Raphaele da Costa e Silva

Equipe:

Juliana Gomes da Costa

Natalia Valadares Lima

Junia Alves Mattar

Contato: saces@tre-mg.jus.br / (31)3307-
1619/1670